

Editorial

A apresentação feita pelo procurador-geral de Justiça Militar e a explicação da capa (nas orelhas da revista) já bem expuseram as razões de fazermos uma revista temática: a importância das Convenções de Genebra é inquestionável, vez que trouxeram um pouco de humanização para aquilo que em sua essência é bastante desumano: a guerra. Muito embora nem sempre a paz seja uma alternativa, por vezes não há outra opção como bem mostrou Churchill na célebre frase em que criticou duramente o isentão Chamberlain e que citamos nas mencionadas orelhas.

Esta revista não se restringe, porém, ao seu tema comemorativo e prossegue nos temas de direito público, não deixando de abordar as demandas mais atuais e que mais preocupam a Sociedade; não se poderia entender um Ministério Público que não agisse em consonância com a Sociedade, que não se preocupasse com as vítimas inocentes da imensa criminalidade que assola o País, há pelo menos 3 décadas, que não priorizasse o combate à impunidade.

Assim, abrimos a revista com um convidado de honra internacional, o grande professor John P. Sullivan, que prontamente, e para nossa lição, atendeu ao convite de escrever um artigo sobre nossa temática de direito internacional humanitário e dos conflitos armados, tratando com maestria das gangues territoriais.

Seguimos com mais artigos temáticos, que propiciam a noção geral bem como o aprofundamento do assunto, muito especializado e que merece cada vez mais divulgação e pesquisa, sendo algo inerente à própria natureza do Ministério Público Militar, ramo voltado e capacitado para a profunda e correta análise dos assuntos militares.

Nesta edição, a seção que trata de temas variados de direito público é toda composta por artigos de direito militar, cuja diferenciação do direito comum tem por fundamento não só as peculiaridades militares, mas, especialmente, a hierarquia e a disciplina, que são garantias individuais e para toda a Sociedade, vez que permitem o controle do braço armado do Estado, coisa que já era dada como essencial em declarações do século XVIII, quando surgia a Democracia contemporânea: a exemplo das Declarações do Bom Povo de Virgínia e de Independência dos Estados Unidos da América.

Valorizamos outras publicações jurídicas, trazendo alguns belos artigos comprometidos com a realidade brasileira e com as prioridades sobre as quais mais precisamos nos debruçar e que serão muito úteis no dia a dia de uma atuação ministerial efetiva.

Por fim, para mantermos contato com os assuntos mais palpitantes do cotidiano brasileiro e com o Democídio nosso de cada dia, passamos aos artigos que tiveram grande repercussão, em razão de sua perspicácia e identificação social, publicados na imprensa, onde leigos e experts (especialistas, não: a palavra já ganhou status de “meme”) podem trocar experiências sobre os reais problemas da população e sobre como se defender dos ataques que os maiores valores e necessidades sociais têm sofrido em retaliações ao justo e desprezo ao essencial: e entendê-los...

Como neste final de outubro parece imprevisível nosso futuro, peço que “a arte nos aponte uma resposta, mesmo que ela não saiba” e rogo, também com versos de Oswaldo Montenegro: “Que a força do medo que tenho não me impeça de ver o que anseio. Que a morte de tudo em que acredito não me tape os ouvidos e a boca”.

Adriano Alves-Marreiros
Promotor de Justiça Militar